

O CAMPO POLÍTICO NA CONSOLIDAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA BAIXADA – UM OLHAR SOBRE A CAMPANHA DE LINDBERG FARIAS EM 2010¹**André Santos Rocha²****RESUMO**

Este artigo traz contribuições sobre os estudos das representações e das dinâmicas na Baixada Fluminense sobre o prisma do campo político. Apresentamos a constituição do Campo político na Baixada a partir da perspectiva de campo de Poder de Pierre Bourdieu (1983), entendendo-o como um lugar de produção de representações e de práticas que a legitimam. Essa área, por sua vez, se torna um espaço de negociação por conta do seu potencial eleitoral com cerca de 34% do estado do Rio de Janeiro. Para elucidar essas questões trazemos o exemplo da trajetória política de Lindberg Farias na região, em especial, na campanha para o Senado em 2010, que tomou a Baixada com parte de sua plataforma discursiva.

Palavras-chave: Campo de poder, Dinâmica territorial Política, Baixada Fluminense.

¹ Este é parte adaptada e atualizada do capítulo 2 da tese de doutorado do autor. Aproveito para agradecer a minha orientadora Ana Maria Daou (PPGG-UFRJ) e a prof. Alessandra Siqueira Barreto (UFF) pelo diálogo e interlocução nesta parte da pesquisa.

² Departamento de Geociências da UFRRJ professor permanente do programa de pós-graduação em Geografia da UFRRJ. Doutor em Geografia pela UFRJ. Coordenador do LAGEPPE - Laboratório de Geografia Econômica e Política e Práticas Educativas.

ABSTRACT

This article brings contributions on the studies of representations and the dynamics in the *Baixada Fluminense* on the prism of the political field. We present the constitution of the Political Field in *Baixada* from the perspective of Power Field of Pierre Bourdieu, understanding it as a place of production of representations and practices that legitimize it. This, in turn, becomes a space of negotiation on behalf of its electoral potential with about 34% of the State of Rio de Janeiro. To elucidate these questions, it was brought the political career of Lindberg Farias in the region, in particular, in the campaign for the Senate in 2010, which took the marshland as part of his discursive platform.

Keywords: Power Field, Territorial Policy Dynamics, Baixada Fluminense.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O debate acerca do entendimento das dinâmicas na Baixada Fluminense e suas lógicas de apropriação passam diretamente por entendê-la como uma construção imaterial (ROCHA, 2014), onde território e representação são partes dialógicas (RAFFESTIN, 2010), não devendo ignorar sua trajetória histórica singular e nem os processos globais mais amplos que a envolvem no contexto metropolitano do Estado do Rio de Janeiro.

É importante destacar aqui, amplamente já tratado por nós (ROCHA, 2011; 2013; 2014), que essa área chamada de Baixada Fluminense não é reconhecida no sentido de uma região administrativa e do planejamento³. Existindo no imaginário popular, para além de persistir numa composição territorial controversa, ela ganha projeção e é agenciada por diferentes atores e agentes sociais de diferentes campos de poder. Seja sob o signo da representação hegemônica – marcada pela pobreza,

³ Embora em muitos governos estaduais a menção sobre secretarias e pastas de gestão existem menções que cite explicitamente a Baixada Fluminense ou agreguem esta porção no domínio da gestão da região metropolitana. Como por exemplo o caso da FUNDREM, SEDEBREM, secretaria da Baixada, etc.

miséria e violência; seja por uma representação emergente – que marca um discurso baseado no desenvolvimento econômico e na valorização cultural que emergem após os anos de 1990. Por isso a Baixada se torna uma categoria a ser descortinada.

No tocante aos estudos de sua trajetória singular, não se pode ignorar que a Baixada ganha maior legitimidade a partir das vozes que ecoam no campo da política (BARRETO, 2006) por necessariamente traçarem para ela territórios que remetem à apropriação de recursos, seja de capital simbólico no campo das disputas eleitorais, seja como recurso – literalmente como território de votos. Por isso, vale a necessidade de entender-se melhor a relação existente entre a política e a baixada como território.

SOBRE O CAMPO DE PODER POLÍTICO E A BAIXADA FLUMINENSE

O campo político é de fato aquele em que a Baixada Fluminense ganhou sua densidade ao longo do século XX. A virada dos anos de 1990 trouxe para essa área uma maior conotação neste campo, posto pela emergência de novos municípios na região, que agregaria a maior parte da população do estado do Rio de Janeiro e respectivamente delimitaria um importante território político-eleitoral.

Conforme destaca Fany Davidvich (2000), a região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta cerca de 75% da população do Estado. Estando a Baixada Fluminense na porção Central e Oeste da Baía de Guanabara, ela comporia atualmente, segundo a Subsecretaria Estadual de Governo da Baixada, 13 dos 21 municípios. Isto, por si, representaria um potencial agregador de quase 4 milhões de habitantes, que em termos eleitorais (dados do TSE) representaria quase 36% do eleitorado fluminense.

Logo, se vista como um “bloco regional/territorial”, a Baixada poderia garantir as estratégias eleitorais dos políticos profissionais⁴ no Rio de Janeiro. Esse

⁴ Utilizamos o termo em referência a trabalhos no campo das ciências humanas que o utilizam para classificar aqueles que “vivem da política” (prefeitos, vereadores, deputados, e outros). O uso também e não confundir o leitor quanto a possibilidade de pensar os sujeitos como agentes no campo político, uma vez que a verdadeira política é feita no sentido da liberdade (ARENDR, 2009), logo os indivíduos também seriam “políticos” - Ver por exemplo o trabalho de Linderval Augusto Monteiro (2007; 2007[b]).

coeficiente eleitoral, por exemplo, foi capaz de influenciar sensivelmente na geografia do voto para governador e senador nas eleições de 2010, e nas eleições de 2014 elegeu 10 dos 46 deputados federais⁵.

Todavia, descortinar as ações dos agentes no campo político, em especial daqueles que atuam na Baixada Fluminense, é demasiado difícil. Seja por uma “teorização” que perante vias práticas desde agentes se mostram deslocadas, seja pela “informalidade” e inviabilidade, por vezes, de obter informações sólidas que permitam aferir sobre a temática, sobretudo posto pelo “submundo” da política na Baixada⁶.

No caminho de uma operacionalização na avaliação e mapeamento dos agentes elencados no campo político pudemos utilizar um atributo contido na “teoria geral dos campos”: a noção de “capital específico” (BOURDIEU, 2007, p. 69). Este corresponde à ideia de que os agentes inseridos nos respectivos “campos” estariam “cotidianamente” numa disputa de posição onde o “prestígio” e a busca por uma reputação estariam em pauta.

No que tange à Baixada Fluminense, esse “capital específico” relaciona-se tanto à trajetória política profissional dos sujeitos, que o legitimam no ato da política profissional, quanto às relações de identificação direta com esta área – que servem como mediação – que viabilizaria ao próprio sujeito personificar a Baixada Fluminense. A exemplo, as teses de Alessandra Barreto (2006) – *“Cartografia Política da Baixada Fluminense”* -, e de Linderval Augusto Monteiro (2007) – *“Retratos em movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense”*; são exemplares de como esse capital específico opera na Baixada no contexto da vida política de algumas lideranças.

Como mencionado, a tese de Barreto (2006) busca pensar as trajetórias de três personagens da vida política da Baixada Fluminense (Jorge Gama, José Camilo dos Santos – ZITO, e Lindberg Farias) mostrando como, em maior e menor grau, a Baixada

⁵ Em meio a complexa relação de votos para deputados estaduais listamos aqui os nomes que possuem uma direta relação com municípios da Baixada, seja por filiação de origem ou ação político-profissional. São eles: Cristiano José Rodrigues de Souza (PT-do B) Washintong Reis (PMDB), Nelson Bornier (PMDB), Eliane Rolin (PT), Marcelo Mattos (PDT), Simão Sessim (PP), Andreia Zito (PSDB) Walney Rocha (PTB), Felipe Bornier (PHS), Aureo (PRTB).

⁶ A cerca disto Alessandra Siqueira Barreto (2009) assim como outros autores deixam claro a forte relação do estrato da violência com a prática política na região.

Fluminense é escopo, central de ações e discursos destes políticos profissionais. No mesmo sentido, todavia explorando o que podemos chamar de “ativismo popular”, Linderval Augusto Monteiro destaca que as trajetórias de sujeitos políticos ganham significados diante da identificação de problemas que se relacionam à estrutura social e espacial das localidades onde vivem estes sujeitos – em diferentes bairros mais pobres, especialmente de Duque de Caxias e Belford Roxo.

O que há de comum nas duas teses que podemos articular com as linhas gerais deste escrito? Sem dúvida relacionam-se as práticas políticas que articulam as histórias e trajetórias de personagens políticos (fama, prestígio, vivência e representações que conferem o “Capital específico”) à construção da representação da Baixada Fluminense. Em suma, essa área construída como um território (enquanto prática e representação) é posto como lócus. Assim, as estratégias de negociação política que conferem a esses sujeitos e agentes, esse dito capital específico, e por sua vez atribui, de forma personificadora esse mesmo “prestígio”, ou sentido à Baixada.

Logo, os sentidos da representação para a Baixada são, também, sentidos para esses “políticos”. Além de influenciar suas estratégias e trajetórias, elas podem condicionar a uma geografia política própria, capaz de influenciar diretamente a seletividade espacial das políticas públicas e a cartografia eleitoral.

Por isso a Baixada Fluminense se torna um território. Sua enunciação, busca de sua legitimidade, e as disputas eleitorais em torno de suas potencialidades conferem a esta área uma visibilidade política. Após os anos de 1990, essa visibilidade ganhou maior solidez, diante das confluências de eventos que propiciaram tê-la como um mote de intervenção, a ser negociada politicamente.

A CATEGORIA “EVENTO”, CAMPO POLÍTICO E AS EMANCIPAÇÕES NA BAIXADA – A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

A construção de uma análise sobre “Eventos” reforça a ideia que os anos de 1990 referem-se a importante marco nos estudos regionais para a Baixada. Para

Milton Santos (2002, p. 146), O evento pode ser entendido como um “vetor de possibilidades”, que é referenciado no tempo e no espaço. Ao passo que “dissolvem coisas” também as criam. Deve-se ter a noção de que eles não se dão isoladamente (ibidem, p. 149) e estão articulados espacial e temporalmente quase que em uma sucessão, podendo ter uma tipologia, duração, extensão e superposição.

Neste sentido, os eventos conferem interpretações da historicidade. Ratificando o que Claude Raffestin (2009, p. 35) destaca, que “existe uma historicidade do território material, também há uma da imaginação”. Os eventos, neste caso podem ser materializados (ser visíveis) ou podem ser concebidos no campo das representações e ideias. Por isso, as articulações de ideias políticas⁷ podem ser entendidas como eventos.

Tratando-se da interferência de um evento no campo político, aquele que envolve a dimensão jurídico-administrativa do território tem uma grande relevância. Para o presente texto, esse evento refere-se às emancipações na Baixada Fluminense que foram deflagradas no período pós anos 1990.

Manoel Ricardo Simões (2006, p. 6) é categórico em afirmar que entorno delas puderam configurar novos “movimentos sociais e alianças políticas de construção de novas identidades territoriais”. Além disto:

“permitiram a subida ao poder de grupos políticos locais e o estabelecimento de novos projetos e arranjos econômicos nos municípios e uma nova composição de forças no jogo político da Baixada Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro como um todo.”

No que tange ao evento das emancipações na Baixada Fluminense, o referido autor sublinha com maior destaque aquelas que ocorrem após o período de redemocratização do país, que está associado também à criação da nova Constituição de 1988. Em especial, por que esta deu legalidade aos Estados para a criação de novos municípios, o que permitiu o surgimento de muitos outros por todo país. Segundo

⁷ É importante destacar que há uma concordância em inúmeros autores que há uma geografia política latente no campo das ideias, que reverbera diretamente na construção do território (CASTRO, 2008; AGNEW; MICHEL; TOAL, 2008)

Fabrcio Lima Tomio (2002, pp. 61-62), neste perodo se configurou no Brasil, um “novo ordenamento federativo”, que reescalou as estruturas de poder em nveis histricos no pas.

Este  sem dvida, um evento que irá interferir diretamente da estrutura política, “criando coisas e destituindo-as” (hierarquizao de poder institucional no que tange ao arranjo tributário e fiscal, por exemplo) além de sustentar o nosso marco temporal, da conjuntura após os anos de 1990.

A Baixada Fluminense, que tem no campo político uma importante voz de legitimao e sustento, teve diante das emancipao, no contexto dos anos de 1990, um marco importante, porque, além de enquadrar-se na conjuntura política do Brasil, indicou a clara relao existente entre a criao de novos municípios e a delimitao de “territórios” entre as elites políticas/econmicas locais. Sobre isto, Manoel Ricardo Simes destaca que:

A fragmentao do território em novas unidades  um processo que reflete o desenvolvimento histrico, econmico e político de uma sociedade e também , em última instância, uma organizao territorial do poder, que define “quem” manda até “onde”. Delimitar territórios significa demarcar área de atuao e influência de cada frao de classe dominante num determinado espaço, onde, por certo, ocorrerão os conflitos entre classes e frao de classe que coabitam dentro destes limites o que leva a novas delimitao e arranjos políticos. (SIMES, 2006, p. 134).

Somadas as emancipao, podemos citar as articulao em torno da representao da Baixada como um evento, que está diretamente ligado a uma amplitude regional/local. Trata-se de uma sucessão de iniciativas de articulao política que agregaria a essa área o *status* nico na conjuntura da vida política fluminense construída em torno de sua representao.

 importante mencionar que o próprio Milton Santos (2002, pp. 147-148), destacando as tipologias de “eventos histricos que supõem a ao humana”, ele ressalta que “os eventos são também ideia e não apenas fatos”. Isto, permite uma inflexão metodológica importante que situa os agentes campo político na construo

dos eventos, pois podem criar novas condições históricas e geográficas para reproduções das relações de poder. Ou seja, são capazes de viabilizar, a partir de suas estratégias, das mais singulares às mais gerais, as condições de suas reproduções.

A Baixada Fluminense se constrói neste enredo, na confluência entre um fato (ato legal das emancipações) e um conjunto de ideias (das articulações e negociações políticas), exemplificando a historicidade do território (RAFFESTIN, 2009). Essa confluência, permitiu ampliar as questões sobre a ambivalência de seus limites territoriais, que ainda é recorrente frente às demandas de apropriação territorial-político eleitoral.

Assim, a Baixada se revela um território, por permitir-se agenciar por *n* agentes atuantes em diferentes campos de poder, neste caso específico, por aqueles que se desenham no campo político. A Baixada é delimitada, apropriada, diferenciada para potencializar seu uso.

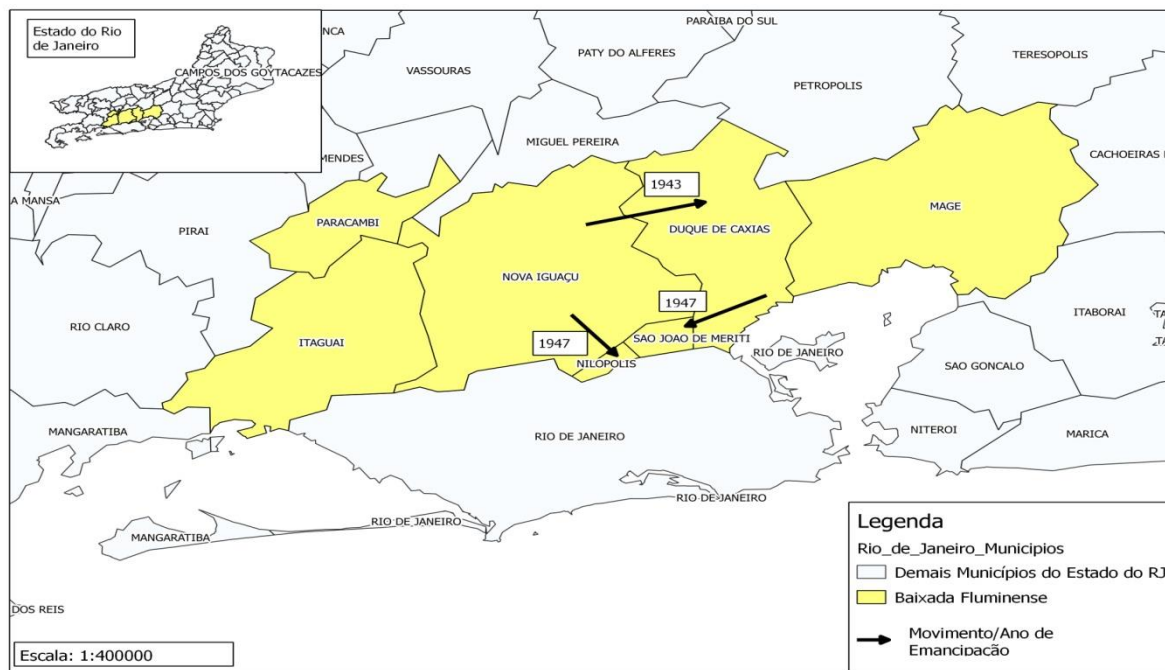
Diante destes dois “eventos”, é importante correlacioná-los para compreender a seguinte questão: como a Baixada Fluminense ganha no campo político o estatuto de território?

Neste sentido, apontamos que em primeiro lugar o “evento” das emancipações modificou explicitamente a configuração territorial (feição ou limites municipais) que teve uma clara conotação da apropriação direta de um governo institucionalizado por parte das elites políticas locais (SIMÔES, 2006). A Baixada Fluminense, se pensada a partir de seu núcleo central – aqueles municípios oriundos de Nova Iguaçu⁸ e que não conseguem se destituir da representação hegemônica de Baixada Fluminense – antes das emancipações que decorreram da nova Constituição de 1988, era composta pelos municípios de Nova Iguaçu⁹, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. [Ver figura 1]

⁸ Conforme apontamos num recente artigo (ROCHA, 2013), há uma nucleação central que não consegue se desvincular da representação hegemônica, que está muito próxima daqueles oriundos da antiga Vila de Iguassu e que foram incorporados como uma periferia da metrópole fluminense. São eles: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Queimado e Japeri.

⁹ Este que é considerado o município mãe da Baixada, que deu origem ao demais descritos neste parágrafo, foi desmembrado dos termos de Niterói em 1833 por decreto de 15 de janeiro. Iguassu teve sua sede mudada em 1891 para Maxambomba e em 1916 teve seu nome mudado para Nova Iguaçu. A criação do Município de Duque de Caxias ocorre em 1943 e o de São João de Meriti e Nilópolis no ano

Figura 1 - Mapa da Baixada Fluminense Antes das Emancipações pós 1990.



Elaborado pelo Autor.

É importante destacar que, neste período, os municípios de Itaguaí, Paracambi e Magé já eram emancipados. Ainda, observa-se [figura 2] que, após os anos de 1990, posto efeito da nova constituição de 1988, novos municípios se forjaram. Da fragmentação de Nova Iguaçu originaram-se Queimados, Japeri, Belford Roxo e Mesquita; de Itaguaí, originou-se Seropédica; e Magé deu origem a Guapimirim.

de 1947, sendo o primeiro desmembrado de Duque de Caxias (MAGALHÃES; ROCHA, SANTOS FILHO, SANTANA, 2013)

Neste ensejo, a autora exemplifica uma das diversas tentativas de atrair obras de infraestrutura, a partir dos polos de universidades públicas para a região, como foi o caso da UFF nos anos 1990. Alessandra Barreto destaca uma fala de Jorge Gama em uma de suas “manobras em prol da Baixada”:

A Constituição consagrou em um dos seus artigos a obrigatoriedade de expansão das universidades pro interior. Aí, que é que eu faço: ‘peraí, eu tenho um projeto para a sociedade iguaçuana na qual houve uma mobilização; há uma memória disso(...)Aí eu fui, conversei com o Romeu. E ele falou: ‘Nós temos interesse. Qual o município?’ Eu digo: ‘A região da Baixada Fluminense, mas com sede em Nova Iguaçu’. Ele até estranhou porque falou: ‘Mas Nova Iguaçu é do PDT, do Aluísio Gama’. Eu digo: ‘Sim, mas eu não vim reivindicar uma universidade para o PMDB, vim pelo município, seja PDT, qualquer partido serve’. Aí ele perguntou: ‘O prefeito de lá topa?’ Aí, eu liguei pro Aluísio Gama, na época, e digo: ‘Olha, Aluísio, está nos planos fazer uma parceria com a UFF pra botar uma universidade em Nova Iguaçu? É possível?’ ‘É possível, claro que é!’ (BARRETO, 2006, p. 117) [grifo nosso]

A articulação feita por Jorge Gama não é solitária. Ainda nos anos de 1990 foi comum o início de articulações internas. A dita “Associação de Prefeitos da Baixada” começara a se articular diante de novos municípios que davam maior “pressão” à política interna no estado do Rio de Janeiro. Ao seu turno, por conta da formação da SEDEBREM¹⁰ – Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana – alguns prefeitos já se articulavam politicamente, inclusive com pleitos diante do governo do estado.

Um exemplo desta articulação política foi destacado numa reportagem *do Jornal do Brasil de 21 de junho de 1995*, que, ao mencionar a morte do primeiro prefeito de Belford Roxo (Jorge Júlio da Costa Santos – o Joca), destacava que ele iria para uma reunião com o governador do estado, mais três prefeitos da Baixada. O exemplo da articulação política de Joca é singular. Segundo Linderval Augusto Monteiro (2007, p. 71), em uma nota explicativa de seu artigo, o autor destaca que Joca era considerado por muitos prefeitos o “governador da Baixada”, por presidir uma espécie de “Associação de prefeitos da Baixada e adjacências”.

¹⁰ É importante destacar que a mesma SEDEBREM tinha como coordenador geral o então Deputado Nelson Bournier (atual prefeito de Nova Iguaçu)

A imagem deste personagem da história política da Baixada Fluminense elucida bem a propriedade associada na composição dos campos de poder. O capital específico que Joca adquiriu diante de sua trajetória o possibilitou articular elementos em torno de sua imagem, ligando a representação da Baixada à sua própria forma de fazer política. Neste sentido, Segundo Linderval Augusto Monteiro (ibidem, p. 66) referenda:

(...)ele [o Joca] não somente junta em torno de si o apoio dos belford-roxenses mas também a admiração da população de outros municípios da Baixada Fluminense, o que fez com que seu estilo de governo passasse a ser imitado por outros prefeitos dessa região(...) [palavra nossa]

A constituição de uma “imagem política regional” criava para a Baixada Fluminense uma personificação no campo político. Que perpassa a filiação entre imagem do território e a imagem do político. Vide o exemplo da representação hegemônica, baseada na violência, trazer questões para o campo político – com o fato de muitos políticos que atuam na região serem tratados também com o estigma da violência¹¹.

Todavia, indicamos que a articulação local em torno de uma associação de prefeitos apresentou uma atuação muito esporádica até o ano de 2005, que marcou a chegada de Lindberg Farias à prefeitura de Nova Iguaçu. Identificamos, também, que após os anos 2000, tal como ganha maior força uma representação emergente – baseada em valores do desenvolvimento econômico, valor cultural e histórico – no campo econômico na Baixada, também se inicia uma construção de uma nova forma de filiação e ligação no Campo Político, revelando novas articulações entre a persona política e a região, sem deixar de pensá-la como um território. Neste sentido, a cartografia eleitoral nas eleições de 2010 de Lindbergh Farias elucida bem esse novo perfil do político e também da Baixada.

¹¹ Tal questão se revela ainda hoje, via o assassinato de muitos candidatos, visto, por exemplo, nas eleições municipais de 2016, que chegaram a chamar a atenção da imprensa internacional. Ver, por exemplo, <
http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469053544_610983.html?id_externo_rsoc=FB_CM
> Data de acesso, 05/12/2016.

O EXEMPLO DE LINDBERG FARIAS – UMA ANÁLISE DA GEOGRAFIA DO VOTO E AS ESTRATÉGIAS PARA E COM A BAIXADA

No contexto em que a articulação regional é esvaziada, talvez por ausências de uma liderança de coesão regional, tem no ano de 2005 um parcial resgate com a chegada de Lindberg Farias na vida política da Baixada. Uma vez que o caráter “regional” é evocado novamente em suas campanhas eleitorais, nasce, aí, uma outra perspectiva para uma “nova representação da Baixada”.

Conforme destacou Alessandra Barreto (2006), a disputa eleitoral de 2004 para prefeitura de Nova Iguaçu trouxe novos elementos para a política da região. Eu destacaria que se trata da difusão de uma “nova representação”, pois a candidatura de Lindberg Farias trouxe como parte de seu capital específico, vinculando a sua imagem às lutas sociais, a oportunidade de trazer o progresso e o desenvolvimento para a Baixada. Contrapondo-se ao que corriqueiramente era associado.

Notadamente, logo após sua eleição, Lindberg Farias se torna uma “importante voz” na política fluminense. Usualmente ele buscava articular, com os demais prefeitos, pleitos coletivos. Essa questão pode ser exemplificada no debate em 2005 em torno da instalação da refinaria de petróleo no estado do Rio de Janeiro, hoje instalada em Itaboraí.

Em nome da “Associação de Prefeitos da Baixada” chegou-se a pleitear junto ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, a instalação desta refinaria no município de Itaguaí. No referido encontro, o então presidente da associação, Lindberg Farias, direcionou o discurso sobre a Baixada, apontando-a como “a mais pobre do Estado”. No mesmo ensejo, articula em seu discurso as potencialidades produtivas que tal investimento traria para essa área. Tal fato foi inclusive divulgado pela Agência Brasil em 28/11/2005:

Segundo os prefeitos, o município é o local mais viável para construção do empreendimento. De acordo com Lindberg, a briga é porque o secretário de Governo e Coordenação do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, quer que a refinaria seja construída em Campos, cidade que não faz parte da Baixada Fluminense.

"Todos os critérios conspiram para a construção da refinaria em Itaguaí. A obra vai gerar novos empregos e atender a uma

população de cinco milhões de habitantes na Baixada, região mais pobre do estado", disse Lindberg. Construir a refinaria em Campos, acrescentou o prefeito, significa um investimento adicional de US\$ 542 milhões, verba que poderia ser utilizada para outros fins. "Eu não consigo entender as motivações para que essa refinaria não seja em Itaguaí". [grifo nosso].

O trecho que reflete parte da reportagem e do discurso onde Lindberg Farias discute a questão da instalação da refinaria, chega a deixar latente a composição territorial da Baixada, ao afirmar que "Campos não faz parte da Baixada". Isto destaca os limites que se revelam distintos da composição natural, sendo a Baixada dita pelo então prefeito de Nova Iguaçu, uma representação associada à singularidade urbana e à pobreza.

A representação de uma Baixada pobre foi o recurso pelo qual se projetou a plataforma de se propor uma mudança na realidade, voltada para o desenvolvimento da "região". Essa articulação discursiva transforma a Baixada explicitamente num "dispositivo", numa representação ideal de um território. Esta serve para barganhar e pleitear ações fruto da "negociação política" entre interesses externos oriundos do governo federal e estadual, e interno com demandas dos municípios. A representação de progresso e desenvolvimento começa a emergir no campo político, sobretudo, no pleito de Lindberg Farias.

Há um "certo desconforto" diante da afirmação desta representação, pois, ao afirmar que a Baixada deve buscar o progresso, dialogicamente a referenda como uma área "pobre e miserável". Este jogo de representações coloca-se como um impasse para muitos prefeitos, uma vez que os sentidos construídos numa dada representação podem influenciar diretamente as demandas locais (ROCHA, 2009), sendo um grande impasse à articulação política. Ou seja, além da falta de institucionalidade – ter uma organização formal de luta política da região – a disputa de "créditos e visões políticas" são impasses na busca de uma união dos prefeitos da Baixada.

Assim, se de um lado a velha representação significa reificar os marcos territoriais e eleitorais em nome de uma "violência" e da busca de "justificativas" para pleitos diversos, de outro a representação do progresso pode levantar para o campo

político, uma nova dimensão: de um capital específico que se constrói no desejo de mudança, capitaneando novos nichos eleitorais, por exemplo.

Neste sentido, a trajetória política de Lindberg Farias na Baixada elucida a ampliação de capital específico que se projeta na marcha e afirmação de uma outra representação para a região.

Quase como uma simbiose, a filiação política de Lindbergh Farias à imagem da Baixada Fluminense, frente às novas demandas econômicas e sociais, conferiu um arranjo de poder singular. Ao ligar o capital específico deste político (sua reputação) à representação da Baixada, foram, também, concebidos os sentidos de luta pelo progresso e o desenvolvimento. Isto, por sua vez, propiciou ao ex-prefeito de Nova Iguaçu articular uma teia interna que lhe proporcionou uma geografia do voto própria nas eleições de 2010 [ver quadro 1].

Quadro 1 – Distribuição do Voto de Luiz Lindberg Farias na eleição de 2010 (Cargo de Senador).

Município	Total de votos válidos (votação nominal)	Percentual de votos Válidos obtidos em 2010
Belford Roxo	121.824	29,543
Duque de Caxias	225.698	28,608
Guapimirim	14.240	30,665
Itaguaí	29.033	26,732
Japerí	25.220	28,887
Magé	68.451	31,041
Mesquita	41.948	24,215
Nilópolis	41.263	23,724
Nova Iguaçu	187.148	25,706
Paracambi	11.931	29,416
Queimados	36.142	27,600
São João de Meriti	130.412	27,801
Seropédica	19.364	28,519
Total de Votos	952.674	

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Dados disponíveis em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas>> Data do Acesso: 14/11/2013. (Organizado pelo Autor)

É importante destacar que “em uma situação ideal, a escolha eleitoral é a resposta dada pelos cidadãos a políticas públicas em todas as escalas territoriais” (CASTRO, 2008, p. 159). A análise do voto e de sua distribuição espacial permite aferir, neste sentido, efeitos que envolvem: (a) aproximação que explica o voto num

candidato de acordo com local de moradia ou vínculo social; (b) proteção ou filiação local – quando trata diretamente quando uma eleição é sensível a determinada área; (c) efeitos da campanha eleitoral – que permitem discutir as estratégias eleitorais; e (d) efeito de vizinhança – que destaca as filiações partidárias em áreas próximas.

Em uma análise geral da geografia do voto para o Senado, destacamos que Lindberg Farias foi o Senador com maior número de votos no estado do Rio de Janeiro, com o somatório total de 4.213.749. Segundo dados do quadro 2, nas eleições para o Senado de 2010, o então prefeito de Nova Iguaçu conseguiu articular uma rede política que lhe permitiu conferir, na maioria dos municípios da Baixada Fluminense, a média de 25% a 30% dos votos, o que corresponde ao número total de 952,674 mil votos nos treze municípios destacados do quadro.

No que tange aos elementos relacionados à cartografia do voto, tanto os efeitos de proximidade quanto de vizinhança política fizeram-se presentes na articulação eleitoral deste candidato. Acreditamos que o elemento de *filiação e proteção local*, foi importante e decisivo, pois Lindberg Farias esteve ativamente ligando sua imagem à da Baixada Fluminense, articulando interesses e demandas específicas para o lugar.

Isto ficou evidente numa carta endereçada a uma moradora de Nova Iguaçu, em que Lindberg Farias, durante as eleições para Senador, dá explicações de sua gestão na prefeitura, e, no bojo do escrito, justifica que necessita que Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense necessitem dele!:

Meu futuro político depende de Nova Iguaçu. Como Senador, vou ter que trazer muitos recursos para cá. Preciso que Nova Iguaçu se transforme num exemplo para o Estado do Rio de Janeiro.
Nunca houve um Senador de Nova Iguaçu ou da Baixada Fluminense. Chegou a hora. Quero ser a sua voz, quero ser a voz da sua família no Senado. [grifo nosso]

A associação entre a personificação do político e a imagem territorial não é nova na Baixada Fluminense (BARRETO, 2007; MONTEIRO, 2007; ALVES, 1998; SIMÕES, 2007). Todavia, em questões amplas, a articulação de Lindberg apresenta-se como singular, por situar a Baixada Fluminense no seio de uma nova representação,

conferindo-lhe o *status* de território, na potencialização de usos de seus recursos simbólicos e materiais na geografia dos votos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber a Baixada Fluminense como uma representação ideal de um território ajuda-nos a desnaturalizá-la. No contexto do campo político essa Baixada como território se revela com parte “territórios do voto” e “territórios simbólico de capital político”. Assim, essa Baixada é geopoliticamente estratégica na vida política do estado do Rio de Janeiro.

Quando observada a geografia do voto de Lindberg Farias, se somados os votos na Baixada Fluminense com aqueles ganhos na cidade do Rio de Janeiro (1.520.909), perceberemos que, juntos, correspondem a mais de 50% do total de votos que ele obteve. Assim, esses números revelam a importância eleitoral da articulação e construção deste território, que, num conjunto de 13 municípios mais a cidade do Rio de Janeiro, conseguem um coeficiente de votos mais elevado do que o restante dos 78 municípios do estado fluminense.

Entendemos que tanto a construção de sua imagem associada a “representações de progresso” para a Baixada quanto a sua rede política no âmbito do Partido dos Trabalhadores permitiram a Lindberg desfrutar de uma posição de prestígio diante dos dados das últimas eleições.

Todavia, como afirma Claude Raffestin(1993), a capacidade de operacionalizar o território, no sentido mais abrangente, confere ao agente a capacidade de uso direto dos recursos. A Baixada Fluminense como um território que é representado, possibilitou a articulação dos recursos eleitorais, se revelando como um ponto estratégico na geografia política do estado do Rio de Janeiro.

A geografia dos votos para o Senado em 2010 evidencia, com clareza, como as estratégias de vinculação de representações da persona política permitem agenciar também o sentido territorial. Exemplo que sinaliza o quanto a articulação interna de Lindberg Farias proferiu significados territoriais à Baixada Fluminense, beneficiando-o quanto ao coeficiente eleitoral.

Destarte, entendemos que a trama entre o fazer político e as representações nesta porção do estado do Rio de Janeiro merecem muitos cuidados no campo analítico, em especial, porque é possível identificar figuras com verdadeiros “territórios eleitorais” em municípios da Baixada, sem necessariamente recorrer a esta filiação – moradia/personalidade – regional. Por isso, este texto, longe de trazer apenas conclusões, se, de algum modo, motiva estudos de uma geografia política e sociologia política contemporâneas na região já satisfaz seu objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: a violência na construção do Poder*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP (Tese de Doutorado), 1998.

AGNEW, Jonh; MICHEL; Katharyne; TOAL, Gerard. *A companion to Political Geography*. Oxford: Blackweel Publishing, 2008.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Nas margens da política: trajetória, narrativa e mediação na Baixada Fluminense(RJ/Brasil). *Cadernos de Pesquisa CDHIS (UFU)*. Ano 22, n.40, pp. 17-32, 1ª sem. 2009.

_____. Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 13, n. 27, pp. 183-212, jan-jun. 2007.

_____. *Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983

CASTRO. Iná Elias. *Geografia e Política*. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial. *Revista Território*, LAGET-UFRJ, Ano V, nº9, pp. 11-24. jul/dez, 2000.

ENNE, Ana Lúcia Silva. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *Pragmatizes – Revista Latino Americana de estudos em Cultura*, ano 3, nº 4, pp. 6-27, março 2013.

_____. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, representações sociais e identidades. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2002.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-Graduação em História Social/ UFRJ. (Tese de Doutorado), 2007.

_____. Andando pelo vale da Sobra da morte: a trajetória política de Joca, o primeiro prefeito de Belford Roxo. *Rev. Univ. Rura. Sér. Ciências Humanas*, v. 29, n. 2, jul-dez, pp. 55-71, 2007(b).

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades- Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, 2009, pp. 17-35.

RAFFESTIN, Claude. E se a representação fosse apenas a invenção da moeda fiduciária do real? *Revista Formação*, nº 14, v. 2, pp. 08-13, 2007.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, André Santos da. “As representações ideais de um território” - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. PPGG / IGEO- UFRJ. (Tese de Doutorado), 2014

_____. Território como representação. *Mercator* (Fortaleza. Online), v. 19, pp. 139-153, 2013.

_____. “Nós não temos nada a ver com a Baixada” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. Ano 3 Número 4, pp. 1-22 Janeiro – Julho, 2013[b].

_____ *A representação “ideal” de um território: exemplificando a Baixada Fluminense. Revista Pilares da História. Ano 10, n. 11, pp. 20-30 maio de 2011.*

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF. (tese de doutorado), 2006.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. A criação de municípios após constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, nº. 48, pp. 61-89, fevereiro, 2002.

SITES CONSULTADOS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

TSE- Tribunal Superior Eleitoral. www.tse.gov.br

TRE-RJ – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – www.tre-rj.gov.br

Recebido em 12 de dezembro de 2016.

Aceito em 28 de dezembro de 2016.